

## ÍNDICE

NOTA À 3 <sup>a</sup> EDIÇÃO	5
------------------------------	---

### PARTE I INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

1. DO CONCEITO DE DIREITO	11
1.1. Aproximação à Definição de Direito	11
1.1.1. Pluralidade semântica da expressão “direito”	14
1.1.2. Noções de Direito. Definição de Direito	16
1.2. Do Sistema Jurídico	17
1.3. Da Norma Jurídica. Noções. Estrutura. Características. Classificações	21
1.3.1. Noções de normas e posição adotada	21
1.3.2. Características formais ou externas	24
1.3.3. Classificações das normas jurídicas	26
1.3.3.1. Classificações relativas ao conteúdo da norma	26
1.3.3.2. Classificações relativas ao âmbito da norma	29
1.3.3.3. Classificações relativas à característica da imperatividade da norma	32
1.3.3.4. Classificações relativas à estrutura da norma	37
1.4. A Tutela do Direito e dos direitos	39
1.4.1. Sobre a nulidade e a anulabilidade	42
1.4.2. Regimes gerais	44

## SÚMULA CAPITULAR

1. DO SISTEMA JURÍDICO	45
1.2. Características e Estrutura do Sistema	46
1.2.2. Heterogeneidade estrutural	46
1.2.2.1. Os princípios e o debate: Direito natural “versus” Direito positivo	46
1.2.2.2. Normas e instituições com poder público (remissão)	46
1.2.2.3. Realidade jurídica	46
1.3. Estrutura, Características e Classificações das Normas	47
1.3.1. Estrutura da norma	47
1.3.2. Características formais ou externas das normas	47
1.3.3. Classificações das normas jurídicas ( <i>lato sensu</i> )	47
1.3.3.1. Classificações relativas ao conteúdo da norma	47
1.3.3.2. Classificações relativas ao âmbito da norma	48
1.3.3.3. Classificações relativas à característica da imperatividade da norma	48
1.3.3.4. Classificações relativas à estrutura da norma	50
1.4. A Tutela do Direito e dos direitos	50
1.4.1. Nulidade e anulabilidade	52
1.4.2. Regimes gerais	53
2. RAMOS DO DIREITO – MACRO DIVISÃO MATERIAL DO SISTEMA	55
2.1. Do Direito Internacional	56
2.1.1. Do Direito Internacional geral ou comum e sobre direitos fundamentais	60
2.1.2. Do Direito Internacional convencional	61
2.2. Direito da União Europeia	63
2.2.1. As Instituições da União Europeia	72
2.2.2. As Instituições, na especialidade	74
2.2.2.1. Conselho Europeu	74
2.2.2.2. Conselho (de Ministros da União Europeia)	74
2.2.2.3. Comissão Europeia	82
2.2.2.4. Parlamento Europeu	86
2.2.2.5. O Tribunal de Justiça da União Europeia	91
2.2.2.6. Tribunal de Contas Europeu	106

2.2.1.7. Provedor de Justiça europeu – <i>European Ombudsman</i>	107
2.2.1.8. Os órgãos consultivos da UE	107
2.2.3. As fontes do Direito da União Europeia	109
2.2.4. Os processos legislativos da UE	113
2.2.5. Primazia; aplicabilidade direta; efeito direto; responsabilidade estadual – a fonte jurisprudencial de princípios	118
2.3. O Direito Interno (ou Estadual)	122
2.3.1. Direito Público e Direito Privado	122
2.3.2. Os ramos do Direito Público e os ramos do Direito Privado	128
2.3.2.1. Ramos do Direito Público	129
2.3.2.1.1. Direito Constitucional	129
2.3.2.1.2. Direito Administrativo	138
2.3.2.1.3. Direito Financeiro	150
2.3.2.1.4. Direito Fiscal	151
2.3.2.1.5. Direito Penal (ou criminal)	153
2.3.2.1.6. Direito Contraordenacional (ou de Mera Ordenação Social)	155
2.3.2.1.7. Direito Processual e Direito Judiciário	156
2.3.2.1.8. Direito dos Registos e do Notariado	161
2.3.2.1.9. Direito da Segurança Social	161
2.3.2.1.10. Direito Económico	162
2.3.2.1.11. Direito do Urbanismo. Direito do Ordenamento do Território. Direito do Ambiente	162
2.3.2.2. Ramos híbridos (e especialidades com autonomia disciplinar)	166
2.3.2.2.1. Direito Agrário	166
2.3.2.2.2. Direito do Turismo	166
2.3.2.2.3. Direito do Mar (Internacional e Administrativo)	167
2.3.2.2.4. Outras especialidades ou disciplinas total ou predominantemente jurídico-públicas	168
2.3.2.3. Ramos do Direito Privado	169
2.3.2.3.0. Direito Civil (ou Direito Privado Comum)	169
2.3.2.3.0.1. Parte geral do direito civil: conceito, conteúdo, classificações e elementos da relação jurídica	172
2.3.2.3.1. Direito das Obrigações	181

2.3.2.3.2. O Direito das Coisas (ou Direitos Reais)	203
2.3.2.3.3. Direito da Família	208
2.3.2.3.4. Direito das Sucessões	217
2.3.2.3.5. Direito Privado Especial	221
2.3.2.3.5.1. Direito Comercial	221
2.3.2.3.5.2. Direito do Trabalho	230
2.3.2.3.5.3. Direito Internacional Privado	237
2.3.2.3.5.4. Outros sub-ramos, especialidades ou disciplinas dominantemente privadas	238
2.3.2.3.5.5. Taxionomia(s) das ciências jurídicas	238
 3. FONTES DE DIREITO	241
3.1. Sentidos da Expressão	241
3.2. Classificações	244
3.3. Fontes Técnico-Jurídicas	245
3.3.1. Princípios fundamentais	245
3.3.2. Leis	245
3.3.3. Costume. Os usos	246
3.3.4. Jurisprudência	248
3.3.5. Doutrina	248
3.3.6. Equidade	249
3.4. Hierarquia das Fontes Normativas	250
3.5. Da Criação à Entrada em Vigor dos Diplomas Jurídicos (Leis <i>l.s.</i> )	254
3.6. Cessação da Vigência das Normas	257
 4. A INTERPRETAÇÃO	259
4.1. Introdução	259
4.1.1. Sequência	259
4.1.2. Noções prévias e operativas	260
4.2. Fatores Hermenêuticos (elementos interpretativos)	262
4.2.1. Elemento literal (também dito gramatical, filológico ou exegético)	262
4.2.2. Elemento racional (lógico, <i>stricto sensu</i> )	263
4.2.3. Elemento sistemático	264
4.2.4. Elemento histórico	265
4.2.5. Elemento teleológico	266

4.3. Classes de Interpretação Segundo as Fontes Interpretativas e o Grau de Vinculação	266
4.3.1. Interpretação autêntica	266
4.3.2. Interpretação judicial	266
4.3.3. Interpretação doutrinal	267
4.3.4. Interpretação oficial (ou administrativa)	267
4.4. Classes de Interpretação Segundo a Objetividade e Historicidade	267
4.4.1. Interpretação subjetivista e interpretação objetivista	268
4.4.2. Interpretação histórica e interpretação atualista	268
4.4.3. O art. 9º/1 do CC	268
4.5. Classes de Interpretação Segundo o Resultado	269
4.5.1. Interpretação declarativa	269
4.5.2. Interpretação extensiva	269
4.5.3. Interpretação restritiva	269
4.5.4. Interpretação enunciativa	269
4.5.5. Interpretação revogatória ou ab-rogante	270
4.5.6. Interpretação corretiva	270
5. A INTEGRAÇÃO	271
5.1. Noção Prévia e Introdução	271
5.2. Enquadramento do Campo da Integração	272
5.2.1. Interpretação extensiva e integração	272
5.2.2. Completudes normativas – Insusceptibilidade de preenchimento de lacunas	273
5.2.3. O campo ajurídico	274
5.3. Espécies de Lacunas	274
5.4. Preenchimento de Lacunas	276
6. CONFLITOS DE LEIS NO TEMPO	279
6.0. O Princípio Geral da Aplicação da Lei no Tempo	279
6.1. O Problema e a Causa dos Conflitos Temporais	279
6.2. Graus de Retroatividade	280
6.3. A retroatividade nos termos legais (após a doutrina)	282
7. CONFLITOS DE LEIS NO ESPAÇO	287
7.1. O Problema	287

7.2. A Solução	287
7.3. O Âmbito Privatístico	288

PARTE II  
DO SISTEMA JURÍDICO

1. SISTEMA JURÍDICO	291
1.1. Introdução	291
1.2. Características e conteúdo	292
1.2.1. Abertura	293
1.2.2. Heterogeneidade estrutural	295
1.2.3. Teleologicidade natural e cultural	315
2. JUSTIÇA, ESTADO E ÉTICA	317
2.1. Justiça	317
2.2. Estado (Socialidade, Estado e Pluralismo Jurídico)	320
2.3. Ética	323
2.3.1. Em geral	323
2.3.2. Dos códigos de ética organizacional	325
3. DA TEORIA DO PENSAMENTO JURÍDICO SEGUNDO A TEORIA DOS VALORES JURÍDICOS	327
3.1. Da definição de direito à teoria do direito	327
3.2. Da teoria do direito como elaboração científica axiológica ecocosmológica	330
BIBLIOGRAFIA	335
ANEXO – CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA	343
SIGLAS PORTUGUESAS MAIS UTILIZADAS	359
ÍNDICE	361